

SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2000

**BRASIL** 

JORNAL DO BRASIL

## Sarney Filho: "Arvores sim, soja não

■ Ministro diz contar com opinião pública para derrubar em plenário projeto que amplia desmatamento na Amazônia

Ao assegurar que "o Brasil não aceitará um retrocesso na sua legislação ambiental", o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, disse ontem que conta com a opinião pública para sensibilizar os partidos e derrubar o substitutivo do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que amplia as áreas passíveis de desmatamento na Amazônia e nas regiões de cerrado. O substitutivo ao anteprojeto de Código Florestal enviado pelo Conselho de Méio Ambiente (Conama) ao Congresso foi aprovado anteontem na comissão mista, sob forte pressão da bancada ruralista.

"Precisamos do desenvolvimento sustentável. Não queremos a Amazônia como uma vitrina", disse Sarney Filho. "Queremos explorá-la, mas não queremos que as árvores sejam tiradas, e plantada soja ou qualquer outro tipo de grão. Queremos que o bem ambiental tenha um valor econômico (ele já tem), queremos preservá-lo para que as populações possam tirar seu sustento e para que as futuras populações também possam usufruir."

Veto - Perguntado se o presidente Fernando Henrique Cardoso poderia vetar o projeto, caso o substitutivo de Micheletto seja

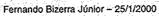
aprovado em plenário, o ministro para o novo Código Florestal é do Meio Ambiente foi categórico: "Tenho absoluta certeza que sim. Ele já me disse que vai vetar." Mas Sarney Filho acredita que a pressão da opinião pública será ouvida no Congresso, que rejeitará o substitutivo. "Conversei hoje (ontem) com líderes governistas e temos o apoio das oposições, também."

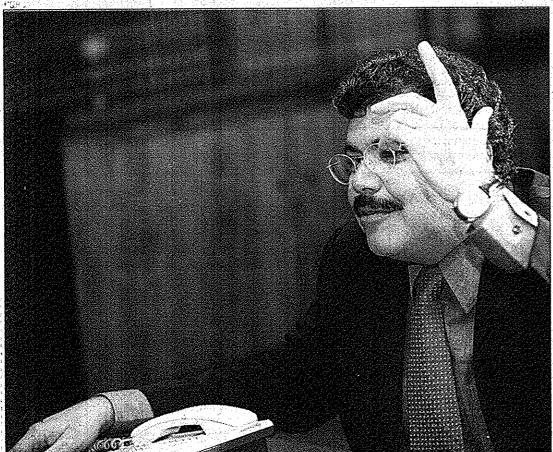
Na opinião de Sarney Filho, o deputado Micheletto desconheceu não a proposta do governo, mas a da sociedade brasileira, organizada através de ONGs, prefeituras. Lembrou que o anteprojeto do Conama resultado de consenso. "O úni-Agricultura (ĆNA), que patrocinou o substitutivo."

Sarney Filho explicou que o Conama apenas montou uma proposta que reflete o desejo da sociedade, pressupõe desenvolvimento sustentável, é avançada e abre a possibilidade de exploração pelos proprietários das reservas legais, desde que dando a elas sustentabilidade. "Só foi contra a CNA, que representa esse segmento mais atrasado do nosso setor rural", disse.

Risco - O risco de o desmatamento na Amazônia e no cerraco voto contra, vencido, foi o do aumentar, caso seja aprovado da Confederação Nacional da o substitutivo Micheletto, é grande. "Há estudos que prevêem para o próximo ano um aumento de 23 mil a 25 mil quilômetros quadrados de mata devastada na Amazônia, sem contar com o que restou da Mata Atlântica", disse o ministro. "O projeto também prevê que propriedades com menos de 25 hectares não tenham que repor, nas áreas de preservação permanente, os danos ambientais."

Em regiões de minifúndios como Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina, onde ainda há Mata Atlântica, esta não-reposição será fatal. Na Amazônia já são 165 mil quilômetros quadrados de áreas exploradas e abandonadas, segundo o ministro. O substitutivo do deputado paranaense permite o desmatamento de até 50% da área de propriedades localizadas na Amazônia e de 80% das propriedades no cerrado. Propõe também a redução das áreas de preservação permanente, responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos, e permite o plantio de florestas homogêneas de espécies como o pinus e o eucalipto. "Seria uma catástrofe", completou Sarney Filho.





Sarney Filho disse que já conversou com líderes governistas e que conta com apoio da oposição

## Planalto nega barganha

mazière, assegurou ontem que a aprovação do parecer do deputado Moacir Michelleto (PMDB-PR), que permite aumentar o desmatamento no país, não foi resultado de entendimento com a bancada ruralista. "Não houve barganha alguma", afirmou Lamazière.

A votação da matéria no plenário do Congresso Nacional está marcada para o próximo dia 24, mas os partidos de oposição vão tentar adiá-la. Se isso acontecer, o Executivo deverá reeditar a medida provisória de 1995 que alterou o antigo Código Florestal e cujo prazo anterior para reedição expira em 27 de maio. Em dezembro passado, a bancada ruralista do Congresso tentou passar um substitutivo que, no entender de ambientalistas, provocaria um retrocesso de 30 anos.

Diante da reação pública, o Ministério do Meio Ambiente decidiu apresentar um anteprojeto

BRASÍLIA - O porta-voz do de Código Florestal, para substi-Palácio do Planalto. Georges La-tuir em definitivo a medida provisória e o antigo código, reformado por ela. Para tanto, o Conama ouviu ONGs, prefeituras, governos estaduais, Confederação Nacional da Indústria e a da Agricultura e foi redigido um anteprojeto enviado ao Congresso pelo MMA. O deputado Michelleto, relator da matéria na comissão mista, apresentou um substitutivo a este anteprojeto e conseguiu aprová-lo por dez votos a três.

O substitutivo agradou a bancada ruralista: "O que aconteceu foi uma política de corte raso na Amazônia e corte raso no salário mínimo", avaliou a senadora Marina Silva (PT-AC). Para a senadora, a bancada ruralista pressionou o governo a garantir a aprovacão do substitutivo Micheletto em troca da aprovação do salário mínimo de R\$ 151. "Esse projeto é um retrocesso e espero que o governo tenha a coragem de mudar", disse Marina Silva.

"Não pretendo trabalhar a favor nem contra", disse por sua vez o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Segundo ele, a maioria do PFL está a favor do parecer de Micheletto. Esse parecer autoriza que nas propriedades rurais localizadas na Amazônia até 50% da área podem ser desmatados; nas que ficam no Cerrado, a porcentagem sobe para 80%. No anteprojeto original do Conama, o desmatamento não pode ultrapassar 35% da área das propriedades nos dois ecossistemas.

O deputado paranaense em seu parecer praticamente desprezou a obrigatoriedade de recomposição da reserva legal (áreas nativas) protegidas), reduzindo os índices atuais - que constam da medida provisória em discussão - para 25% na Amazônia e 12,5% no Cerrado e na Mata Atlântica.

> Mais Amazônia na página 12